

# RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

23 de fevereiro de 2021



## APRESENTAÇÃO

Seguimos sem vacinas e sem perspectiva da mudança do quadro da Pandemia no curto prazo, apesar de termos uma média de mais de mil mortes diárias por covid-19 há 32 dias. Esse é o período mais longo em que a marca é superada sucessivamente na pandemia.

É com esse cenário de descaso público completo que Damares foi à abertura da 46ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU para mentir mundialmente sobre a situação do país e reafirmar o compromisso desse governo retrógrado com o fim dos direitos das mulheres. Esse pronunciamento não é só mais um no rol da ministra, mas é a reafirmação geopolítica do governo Bolsonaro em um mundo sem Trump na presidência dos EUA. 

Enquanto isso, avança a PEC para o auxílio emergencial enviada pelo Executivo propõe o fim do gasto mínimo em saúde e educação, além da extinção do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Já para retirar direitos de quem trabalha, no entanto, o Governo avança mais rápido. Uma nova Portaria da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia ampliou o rol de atividades com autorização permanente para o trabalho aos domingos e feriados.

Em relação à liberação das armas, como era de se esperar, vários projetos de decreto legislativo foram apresentados com a intenção de sustar as novas medidas adotadas pelo governo Bolsonaro para facilitar ainda mais a compra e o uso de armas. Até agora foram **12 PDL's na Câmara** (PDL 33/2021, PDL 34/2021, PDL 20/2021, PDL 21/2021, PDL 22/2021, PDL 31/2021, PDL 32/2021, PDL 23/2021, PDL 67/2021, PDL 68/2021, PDL 71/2021 e PDL 70/2021) e **11 no Senado** (PDL 55/2021, PDL 57/2021, PDL 58/2021, PDL 60/2021, PDL 66/2021, PDL 64/2021, PDL 65/2021, PDL 72/2021, PDL 73/2021, PDL 75/2021 e PDL 74/2021).

O que o Legislativo faz para tentar barrar as medidas do Executivo que tiram direitos e desmontam políticas públicas? Apresentam Projetos de Decreto Legislativo que muitas vezes não avançam ou acionam o Judiciário, que também é lento nas respostas.



Infelizmente, a tendência é que os PDLs sobre os Decretos das armas se juntem às outras dezenas que seguem parados na Câmara, apresentados em diferentes áreas. Enquanto estes projetos não forem analisados, as medidas de desmonte adotadas seguem em vigor. Os partidos Rede, PT e PSOL ajuizaram três Ações Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra os decretos.

Nossas Casas Legislativas seguem nos mostrando um triste Brasil. No Senado, reassume no cargo o senador Chico Rodrigues (DEM/RR), aquele que foi encontrado com dinheiro na cueca e acusado de desviar recursos da Covid-19. A Câmara, por sua vez, se vê às voltas com a decisão sobre o mandato do deputado Daniel Silveira (PSL/RJ), após ter referendado sua prisão. E o Conselho de Ética?

O Conselho não funcionou durante 2020 por causa da Pandemia e do trabalho remoto. O novo Presidente da Câmara quer mudar isso. Foi publicado um ato regulamentando a forma de funcionamento das Comissões e do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para permitir também a deliberação remota – como ocorre no Plenário. O calendário de instalação e eleição das comissões ainda deverá ser divulgado.

Pelo menos um PDL sobre algo do nosso interesse avançou. O Decreto Legislativo nº 1, de 2021 que aprova o texto da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância. Adotada na Guatemala, por ocasião da 43ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, o texto tem data de 5 de junho de 2013.

## EM PAUTA NA SEMANA

### NO CONGRESSO NACIONAL

Como semana passada teve feriado de não-carnaval, a Câmara passou o único dia em que teria sessão tomada pela repercussão do caso Daniel Silveira. Embora tenha cometido muitos atos passíveis de punição – desde as manifestações de ódio contra Marielle Franco durante a campanha, até a tentativa de intimidação de pessoas já como deputado – os projetos previstos não foram discutidos e voltam à pauta essa semana.

Como informamos no Radar Feminista do dia 16 de fevereiro, temos o [PL 5.238/2020](#) em regime de urgência, de autoria da deputada Erika Kokay (PT/DF) e outros, que veda o uso de linguagem ou material que afete a dignidade das partes ou testemunhas nos atos processuais; e institui o tipo penal violência institucional no curso do processo. É o PL motivado pelo caso da Mariana Ferrer.

Em Regime de Urgência também temos o [PL 6298/2019](#), de autoria da deputada Elcione Barbalho (MDB/PA), que determina a aplicação do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida (Frida). Temos o [PL 5043/2020](#), de autoria do deputado Dagoberto Nogueira (PDT/MS), que dispõe sobre o teste do pezinho ampliado. Também está na pauta da Câmara em regime de urgência. Também tem urgência aprovada o [PL 2.442/2020](#), de Jandira Feghali e outros, sobre os pedidos médicos para a realização de exames de pré-natal e dá outras providências.

## PROPOSTAS QUE TRAMITARAM

O [PL 1923/2019](#), de autoria do senador Fabiano Contarato (Rede/ES), volta a aguardar designação da relatoria, pois o senador Rodrigo Pacheco, que era o relator da matéria não integra mais a Comissão de Constituição e Justiça.

A proposta altera o Código Penal para prever o crime de lesão corporal da vida humana intrauterina, inclusive na modalidade culposa. O projeto é umas das 110 proposições apensadas ao [PLS nº 236, de 2012](#), que trata da Reforma do Código Penal Brasileiro.

# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

## Propostas no senado sugerem medidas para o enfrentamento da violência doméstica

Os senadores Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE) e Chico Rodrigues (DEM/RR) apresentaram os [PL 485/2021](#) e [PL 490/2021](#) para aumentar as penas previstas para os crimes de lesão corporal e de ameaça. Isso quando forem praticados em contexto de violência doméstica e familiar. A previsão é que a ação penal será pública e incondicionada nos casos de lesão corporal leve praticados no mesmo contexto. Ainda adicionam a hipótese de decretação da prisão preventiva se o crime envolver violência doméstica e familiar.

## Qual o impacto de projetos que visam conceder incentivo fiscal às empresas que contratarem mulheres vítimas de violência?

A deputada Lídice da Mata (PSB/BA) solicita informações ao Ministério da Economia sobre o impacto orçamentário-financeiro de dois Projetos de Lei de sua autoria. Os projetos visam conceder incentivo fiscal no âmbito do IRPJ às empresas que admitirem, em seus quadros de funcionários, mulheres vítimas de violência doméstica financeiramente dependentes e/ou mulheres de baixa renda chefes de família. A solicitação foi encaminhada ao Ministério no [RIC 146/2021](#).

## Por que um aumento tão tímido?

O [PL 480/2021](#), de autoria do deputado Nilto Tatto (PT/SP), amplia para 14 (catorze) dias o período de licença-paternidade do empregado; e dispõe que a prorrogação da licença-paternidade no âmbito do Programa Empresa Cidadã ocorrerá além do período comum de licença-paternidade fixado por lei.

## Comemoração ou fomento à intolerância?

O [REQ 239/2021](#), de autoria da deputada Chris Tonietto (PSL/RJ), requer a realização de Sessão Solene em comemoração do Dia de Cristo Rei, e em combate à cristofobia.

# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

## NO CONGRESSO NACIONAL

### Para o Ministério da Educação a educação pode ser discriminatória sim! Por que não?

A deputada Tabata Amaral (PDT/SP) quer sustar o Edital do Governo sobre aquisição de obras para as escolas, através do PDL 56/2021. Na justificativa a deputada argumenta que o novo edital apresentado retira itens importantes e suprime princípios éticos–democráticos que constavam no edital anterior. O termo “diversidade” foi retirado dos princípios norteadores para a escolha das obras e das vedações sobre estereótipos e preconceitos.

No lugar dessas vedações, o novo Edital estipula a abstenção de vieses político–partidários e ideológicos, ao dever de promover positivamente a imagem do Brasil e a amizade entre os povos e a promoção de valores cívicos, como respeito, patriotismo, cidadania, solidariedade, responsabilidade, urbanidade, cooperação e honestidade.

A Deputada quer sustar os efeitos de parte do Edital que convoca editoras interessadas em participar do processo de aquisição de obras didáticas, literárias e pedagógicas destinadas aos estudantes, professores e gestores das escolas dos anos iniciais do ensino fundamental da educação básica pública (1º ao 5º ano). O edital abarca as redes federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal e das instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público.

### Esclarecimentos sobre a “nova” Política Nacional de Educação Especial

A deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP) que saber como está a aplicação do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial. O RIC 148/2021 é direcionado ao Ministro de Estado da Educação informações relativas à realização de orientações sobre a aplicação.

# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

## Homenagens em memória: 3 anos do assassinato de Marielle Franco. Quem mandou matar?

A deputada Erika Kokay (PT/DF) apresentou o Requerimento 219/2021 para a realização de Sessão Solene, no plenário da Câmara, na semana do dia 14 de março, em memória e homenagem à Marielle Franco. E o REQ 220/2021, para Sessão Solene em alusão ao Dia Internacional da Mulher.

Dois requerimentos apresentados na Câmara, por Carmen Zanotto - CIDADANIA/SC (REQ 222/2021) e Coronel Armando - PSL/SC (REQ 215/2021) e um no Senado, por Esperidião Amin - PP/SC (RQS 292/2021), requerem Sessão Solene em homenagem aos 200 anos de Anita Garibaldi.

## Proposta veda doação eleitoral de indústria e comércio de armas

PL 479/2021, de autoria da senadora Eliziane Gama (Cidadania/MA), altera a Lei Eleitoral, para vedar doações em dinheiro ou estimáveis em dinheiro para campanhas eleitorais procedentes de pessoas físicas ligadas à indústria e comércio de armas e munições, clubes e associações de tiro.

# VALE A PENA CONFERIR!



## Nem Presa, Nem Morta

Boletim #3 - Futuro do Cuidado: Justiça Reprodutiva em Tempos de Pandemia



## UOL Notícias

Sob duras críticas, ala ideológica do governo vai à ONU com força máxima



## Carta Capital

Ultraconservadores atacam religiosos e boicotam Campanha da Fraternidade



## Católicas pelo Direito de Decidir

Pronunciamento da Damares na ONU com comentários de Débora Diniz e Maria José Rosado



## SPW

Capex e Ministério dos Direitos Humanos se aliam numa visão conservadora de família, alertam pesquisadores



Radare elaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.